

## O ESPECTRO DE GETÚLIO: “LAMBÕES DE CAÇAROLA”, DE JOÃO ANTÔNIO

Júlio Cezar Bastoni da SILVA \*

- **RESUMO:** O conto “Lambões de caçarola (Trabalhadores do Brasil!)”, do escritor paulistano João Antônio (1937-1996), afigura-se como uma narrativa memorialística que busca recuperar e emular a experiência popular no período varguista, propondo uma imagem espectral do mito político que rondaria a história brasileira, recuperada em períodos de crise e de reflexão sobre as potencialidades e óbices para o projeto nacional. Este artigo propõe, portanto, situar o conto de João Antônio no momento de sua publicação, na década de 1970, e analisar os modos pelos quais constrói uma espécie de avaliação sobre a figura de Vargas e seu sentido para a história brasileira.
- **PALAVRAS-CHAVE:** Getúlio Vargas. Imprensa alternativa. João Antônio. Lambões de caçarola (Trabalhadores do Brasil!). Literatura e ditadura.

O historiador José Murilo de Carvalho, em um de seus artigos, disserta sobre a virtual inexistência de heróis políticos no Brasil, onde nota uma “[...] falta de identidade dos brasileiros com sua própria história” (CARVALHO, 2002, p. 61), além da proverbial ausência de confiança ou rejeição aberta de suas lideranças. No entanto, um dos possíveis postulantes a tal categoria, segundo o autor, é Getúlio Vargas, que assumiu o poder em 1930 através de um levante ocorrido meses depois de perder as eleições presidenciais para o então candidato paulista, Júlio Prestes. Porém, como afirma o historiador, Getúlio teria sido incapaz, depois de praticamente duas décadas à frente do poder no Brasil, de “[...] unir todas as classes, como deve fazer um herói” (2002, p. 59). Getúlio granjeou grande apoio popular pela criação de leis que garantiam direitos sociais e trabalhistas, além de representar uma figura carismática de apelo paternal, em especial frente às massas pobres e trabalhadoras de um país que se urbanizava. Para a cultura brasileira, o período getulista ou populista abre as portas de uma produção que se volta para a situação das classes subalternas, interessada em reformas que visavam transformar a feição da exclusão social brasileira.

---

\* UFSCAR – Universidade Federal de São Carlos – Pós-Doutorando em Estudos Literários – São Carlos – SP – Brasil. 13565-905 – juliobastoni@yahoo.com.br.

Já no romance de 30, a literatura brasileira dá um salto qualitativo no tocante à representação das mazelas nacionais, nos ambientes rurais ou urbanos. Em atitude ambivalente frente ao governo getulista, que chegou a perseguir e encarcerar artistas e intelectuais do período, em especial após o golpe que instaura o chamado Estado Novo, em 1937, a literatura coloca em questão aspectos que, à primeira vista, fugiriam ao escopo do discurso oficial, que objetivava uma unidade nacional sob a égide da liderança política de Getúlio e pela construção de uma cultura nacionalista brasileira. O período e a figura de Getúlio, porém, não ficaram restritos à célebre formulação de Graciliano Ramos que, recordando nas *Memórias do cárcere* seus anos de prisão, os retratou sob a pecha do “[...] nosso pequenino fascismo tupinambá” (1975, p. 34). O tempo iniciado em 1930 representou uma profunda reorientação de parte da intelectualidade brasileira para o que se chamava, desde pelo menos a segunda década do século XX, de “Brasil real”, em oposição ao país oficial e de costas para o interior, com os olhos pousados no América do Norte ou na Europa. Em diversos matizes, a representação do Brasil profundo, rural ou urbano, permanecerá em nossa produção cultural mesmo com o baque advindo pelo golpe de Estado de 1964, que freia de maneira autoritária o impulso reformista do período.

Na década de 1970, essa literatura de nossos intestinos parece dar continuidade à reflexão sobre o Brasil real, agora num contexto no qual o projeto nacional encontra-se em declínio pela crise do desenvolvimentismo e pelas contradições sociais advindas do chamado “milagre” econômico do período. Assim, a literatura volta-se de maneira forte para o assunto da pobreza e da marginalidade, especialmente a urbana, no que tange à violência econômica, simbólica e física que cerca a população durante o regime militar. É assim que um conto pouco lembrado do escritor paulistano João Antônio, publicado pouco antes das históricas greves dos metalúrgicos do ABC paulista, retoma a figura de Getúlio Vargas pela ótica de trabalhadores e marginalizados urbanos da cidade de São Paulo, atando os nós que ligam o período varguista à continuidade da miséria brasileira durante a ditadura militar. “Lambões de caçarola (Trabalhadores do Brasil!)”<sup>1</sup>, publicado em primeira versão na imprensa em 1975, no tabloide alternativo *Ex-* (1975, p. 20-21), narra, através do enfoque no chamado Beco da Onça, local onde o autor vivera quando

---

<sup>1</sup> O conto é publicado em livro primeiramente em 1977, em edição da L&PM, de Porto Alegre, e reeditado em *Meninão do caixote*, de 1983, pela editora Record do Rio de Janeiro. Neste artigo, utilizaremos a terceira edição da editora gaúcha para nos referirmos à introdução da obra, e a segunda de *Meninão do caixote* (1984) para o texto do conto. Isso se justifica porque a primeira não possui paginação, o que atrapalha a localização das citações, enquanto a introdução, assinada pelo escritor Josué Guimarães, não é mantida na versão publicada no livro da editora Record. “Lambões de caçarola”, republicado ainda na quarta edição de *Meninão do caixote*, de 1991, pela editora Atual, ficou de fora, por motivos que nos escapam, das recentes reedições da obra de João Antônio realizadas pela editora Cosac Naify, inclusive do volume *Contos reunidos* (2012).

jovem na cidade de São Paulo, a dimensão do apreço e os sentidos do apoio a Vargas por parte da população mais pobre. Por meio de um artifício narrativo muito característico de sua obra, o narrador de João Antônio aproxima-se do ambiente marginal figurado no conto, em um processo entre jornalístico e memorialístico, conjugando a subjetividade de uma autobiografia ficcionalizada à apuração objetiva próxima da reportagem histórica. O narrador do conto oscila entre a primeira e a terceira pessoa, colocando-se por vezes como personagem da narrativa ou, em outras, como um observador interessado dos eventos. Desse modo, como afirma Clara Ávila Ornellas, o narrador-personagem “[...] se apresenta como um igual ao povo com quem convivia” (2008, p. 141), o que inclui a devoção e o fascínio pela figura de Getúlio, compartilhada pelos habitantes do Beco da Onça. A narração em caráter memorialístico, no entanto, inclui o devido distanciamento temporal, o que permite avaliar o fenômeno varguista de maneira não exatamente isenta, mas com reservas quanto a suas contradições.

Na introdução da obra, o escritor Josué Guimarães afirma que a população do Beco da Onça, espaço no qual se centra a narrativa, é órfã da figura de Getúlio Vargas, população que é a “[...] mesma que ainda hoje pulula por aí, multiplicada” (1977, n.p.). De fato, o sentimento de orfandade é talvez o mote principal do conto, em duas dimensões principais: primeiramente, aparece como uma **falta**, no caso, de uma liderança política carismática que tenha o condão de servir de fio condutor entre a sociedade e o Estado, instrumento político que por sua vez instrumentalizaria a massa que lhe servira de base de apoio, o que se traduz afetivamente em elementos ligados ao sentimento quase místico de **esperança** (GUIMARÃES, 1977, n.p.); ainda, formalmente, pela ausência da figura de Getúlio do próprio plano da narrativa, sempre citado como uma espécie de figura **espectral**, vista à distância pelo narrador, ouvida pelas ondas do rádio ou pela narração do “causo” popular reproduzido. A narração ligada às reminiscências pessoais, desse modo, sugere a ausência da figura como aspecto problemático da história brasileira, com seu desaparecimento tendo deixado como lacuna a continuidade dos mesmos dilemas sociais, notadamente a desigualdade e a pobreza. Essa herança mal resolvida parece colocar em suspenso a adesão irrestrita à figura política, embora a visão compartilhada com os personagens pobres do Beco da Onça a recolocem como ponto de apoio de suas aspirações. Na abertura do conto, significativamente datada de 1º de maio (de 1977), dia do trabalhador, João Antônio afirma que “[...] querendo bem, abominando, desconfiando, tanto faz. Estamos todos empatados. Somos órfãos e viúvos do velho. Até agora” (1984, p. 31). O conto, assim, se equilibra entre a dúvida e o fascínio, o descrédito e a esperança, sendo que essas diferentes possibilidades não encontram resposta definitiva por meio da voz narrativa. Colocando-se como personagem no enredo, o narrador parece estimular uma suspensão do juízo sobre a figura histórica, com efeitos que se ligam ao próprio tempo histórico de produção da narrativa, isto é, à década de 1970, em pleno período do regime militar.

A publicação da versão primitiva deste conto no jornal *Ex-*, veículo da imprensa alternativa de oposição à ditadura – ainda intitulado apenas “Trabalhadores do Brasil!”, bordão com o qual Vargas costumava abrir seus pronunciamentos –, traz, à guisa de advertência, que o texto destina-se “para menores de 21 anos” (ANTÔNIO, 1975, p. 20-21).<sup>2</sup> Publicado em setembro de 1975, isso caracteriza que o texto destina-se à geração que cresceu sob a ditadura militar implantada em 1964 e que desconheceria o significado da figura de Getúlio, bem como a possibilidade de exercer o direito ao voto e à livre manifestação política, no tocante à escolha popular do chefe do Executivo brasileiro. Além disso, o suicídio de Vargas completara 21 anos justamente no mês anterior à publicação, servindo de motivo à lembrança. Valendo-se da inversão da advertência geralmente posta em publicações voltadas para maiores de idade, o jornal pretende, portanto, estabelecer uma ligação entre o período getulista e o de então, no qual as contradições sociais apresentadas permaneceriam, sem, no entanto, a possibilidade da participação política estimulada, em que pesem suas contradições, pela figura populista de Vargas. Daí a fala do avô do narrador-personagem em meio ao conto, referindo-se ao amplo conhecimento que Getúlio gozava entre as camadas populares, em oposição ao passado e, certamente e por extensão, ao presente da publicação: “– No meu tempo de menino, nenhum garoto sabia o nome do Presidente da República” (ANTÔNIO, 1984, p. 51). Seriam, assim, tempos nos quais “[...] [o] botequim, cheio de movimento e rumor, não existia só para o empurrão da cachaça e para se discutir futebol” (1984, p. 58). Tais dados perfazem uma avaliação que pretende sugerir a pretensa diminuição do fosso entre Estado e sociedade civil nos tempos getulistas, questão histórica brasileira que é recolocada no período da ditadura militar. Inserido num jornal que veicula aberta oposição ao regime, “Trabalhadores do Brasil!” pretende, portanto, apontar para uma perspectiva de intervenção, que recoloca um dado histórico em consideração e contraste ao momento da publicação. Daí o apelo à leitura por aquela geração então jovem, cuja idade de 21 anos, além de identificar-se com o período decorrido desde o suicídio de Vargas, não teria permitido possuir a experiência política do período.

Na disputa pelas apropriações da imagem de Vargas, *Ex-* e “Trabalhadores do Brasil!” propõem a figura dúbia, mas importante e mesmo central, na história de uma política brasileira sujeita a constantes interrupções autoritárias, entre elas uma realizada pelo próprio Vargas: “pouca e fraca memória” (ANTÔNIO, 1975, p. 20); “memória fraca, a da gente” (1984, p. 56), como diria o narrador, nas duas versões da narrativa. Na sequência da publicação do conto, outras duas páginas, sob os títulos “4, Setembro, 1954” e “‘Colt’, Calibre 32” (GUERREIRO, 1975, p.

---

<sup>2</sup> O olho, por sua vez, abaixo do título-manchete “Trabalhadores do Brasil!”, diz: “Memórias, histórias: o Dr. Getúlio Vargas no Beco da Onça (hoje Água Branca, SP) pela ótica de um dos seus mais famosos ex-habitantes, o escritor João Antônio” (1975, p. 20-21).

22-23), dissertam sobre o texto do repórter Arlindo Silva na revista *O Cruzeiro*, datado de 4 de setembro de 1954, presente no Palácio do Catete no dia 24 de agosto daquele ano, dia do suicídio de Vargas, acompanhado de uma explanação sobre as circunstâncias do suicídio e os boatos de homicídio, posteriormente dissipados. O importante, para a imprensa alternativa, parece ser recolocar a discussão em torno da figura de Vargas em nome de uma liberdade de expressão ainda tolhida pela ditadura<sup>3</sup>, a qual evita a evocação do mito político no tocante a sua herança trabalhista e como concessor de direitos sociais – em especial por ter o governo militar derrubado seu herdeiro político, o presidente João Goulart –, mas principalmente como um representante icônico frente às massas populares do país (FERREIRA, 2006, p. 3-6). Assim, pensando o conto e esse contexto inicial de publicação, a figura espectral de Getúlio parece ser lançada sobre o presente da narração, marcado pela data de publicação da narrativa e pela localização temporal do narrador memorialista, que utiliza a mitologia varguista como forma de pensar o seu momento.

“Lambões de caçarola (Trabalhadores do Brasil!)” é um conto estruturado em *flashes* que compõem pequenas narrativas unificadas pelo mesmo espaço, o Beco da Onça, e pela onipresença do discurso do narrador-personagem, ator e espécie de intérprete do fenômeno. Entre essas narrativas, a figura espectral de Getúlio é rememorada amiudadamente pelo refrão presente no conto, seu subtítulo, “trabalhadores do Brasil!”, mensagem que chegava pelas ondas do rádio no programa *A voz do Brasil*: “[...] [à] noite, *A voz do Brasil* era obrigação para se ficar sabendo das coisas” (1984, p. 50). Desse modo, a presença efetiva de Vargas enquanto personagem atuante no plano da narrativa é marginal, embora permaneça latente no discurso do narrador ou como assunto das personagens secundárias. O Beco da Onça, por sua vez, é caracterizado como uma pequena aglomeração do casario de trabalhadores pobres de São Paulo, “[...] atrás do Parque Antártica” (1984, p. 38). Entre imigrantes, negros e pobres, compõe-se um painel da classe trabalhadora brasileira da primeira metade a meados do século XX, no qual a devoção a Getúlio só se iguala, em dimensão, à pobreza da população:

O Beco da Onça é getulista, negro, negroide, mestiço, emigrante, cafuzo, mameluco, migrante, pobre, operário, corintiano roxo e paulista da gema. Faz a sua fezinha, jogando no bicho, conforme o palpite ou os sonhos. [...]

Gente que só come carne de galinha aos domingos. Que manda botar meia sola nos sapatos. Para quem ir ao cinema é um acontecimento. Paga os aluguéis com dificuldade, teme perder os empregos. Uma vez cada seis meses, quem pode, pode. Toma os rumos de um banho de mar na Praia do Gonzaga, em

---

<sup>3</sup> Cabe lembrar que a publicação de *Ex-duraria* apenas mais quatro números, até novembro de 1975, fechado pela censura após publicação de reportagem sobre a morte do jornalista Vladimir Herzog.

Santos. Viaja perigoso, demorado, nos trens da Santos-Jundiaí. Mas acompanha o Coríntians [sic] em toda viagem que o clube faz. Tudo getulista.

– **Trabalhadores do Brasil!** (1984, p. 37-38).

A mistura de pessoas de diferentes procedências, cores, tipos, é enfatizada como um retrato em miniatura do povo brasileiro, reunido na cidade que se urbaniza e industrializa, recebendo a população do campo e desagregando os laços antigos, substituídos pela lealdade ao clube de futebol, aos novos divertimentos e, em especial, à figura política. É importante notar que o narrador, rememorando sua infância, não se constitui como um narrador-protagonista; o protagonista, aqui, é a própria figura de Getúlio Vargas, ainda que ausente, mas presente de maneira **espectral**, pois rememorada a cada página. A partir dessa peculiaridade formal, pode-se dizer que o conto compõe uma espécie de dupla temporalidade, importante para a fatura: o presente da narrativa tende à adesão à figura mítica de Vargas, sentimento compartilhado pela população do Beco da Onça; o presente da narração, por sua vez, apresenta as frestas e arestas pelas quais o fenômeno é analisado, em especial por comentários ou pequenas intrusões. Dois elementos, no entanto, perfazem a ligação entre as duas temporalidades: os comentários desconfiados do pai do narrador, dono de um pequeno comércio no Beco da Onça, e um segundo refrão, que contrasta com o primeiro:

– **Trabalhadores do Brasil!**

Um dia, [Getúlio] baixou em São Paulo. A crioulada, a mestiçada do Beco da Onça, foi ver. Lá defronte à refinaria, num pavilhão, na Feira das Nações Unidas. (...)

A gente se aprontou. Duanas e becas domingueiras nos varais, ao vento, escovadas, tomaram sol. Fomos de banho tomado, apurados, importantes. De sapatos brilhando, os sapatos de sair. E não os de andar em casa, como nossas mães diziam.

Atolado de trabalho na vendinha do começo da Rua Caiovás. Não amarrou a cara, mas disse que não ia. Aquilo nos valeu como um desprendimento esparramado. Então, alguém poderia perder a oportunidade de ver Getúlio? Um cara assim estava bem acima da maioria. Ainda nos encabulou:

– **Eu vejo ele na moedinha.**

Getúlio nas moedas menores. De dez, vinte e cinquenta centavos. E nas notas verdes de dez cruzeiros.

Alguém dispensar Getúlio, uma renúncia. Troço de homem. Mas ele, firme. Porreta, tinha peito. Boquejaríamos essa vantagem na vida de todo o Beco da Onça. Por uma semana.

As barraquinhas vendiam algodão-de-açúcar, pé-de-moleque, pirulito, bandeirinhas.

– **Trabalhadores do Brasil!**

A força nos tocou, assim nunca vista. E, depois, jamais repetida. Muitos anos me encasquetaria a atração, a figura, o não-sei-quê do homem que apareceu entre duas bandeiras verdes e amarelas, de pé em carro aberto. Sorrindo e estirava os braços para o alto, os dois a um tempo, na entrada do pavilhão, na Água Branca. Sei lá. Aquilo nos mexia nos pelos do braço. Eu trepei de cavalinho nos ombros de meu tio, vi Getúlio. Vi Gegê.

Foi papo de uma semana. Daí pra frente, fosse o que fosse com ele, era assunto. Qualquer passo de Gegê fazia a gente correr, agitava, virava boato, de comum espetaculoso. Engraçado. A meninada sentia o poder de decisão nas mãos dele.

– **A lei. Ora, a lei.**

Gegê falava. E acabava soando simpático. Palavra sua ia, que ia embora. Pulava do povo do Beco da Onça e da Vila Pompéia às beiradas da estrada de ferro, pegava os lados da Barra Funda e se largava no mundo.

O mundo se estendia a Presidente Altino, a Osasco e, quando muito, a Itapevi. Sempre pela estrada de ferro. Getúlio, sabíamos, havia passado ali nuns trens de madeira, lá num tempo bravo de revolução.

– **A lei. Ora, a lei.** (1984, p. 46-48, grifo nosso).

Primeiramente, deve-se notar que a construção dessa passagem se escora em dois dados diametralmente opostos e significativos para a visão de Getúlio Vargas que emerge do conto. De um lado, o entusiasmo do narrador-personagem, em retrospectiva, ao narrar a ida a um comício em São Paulo do então presidente, em contraste com a desconfiança arredia do pai, que rejeita a ida ao evento. De outro, a oposição entre o bordão varguista e a frase a ele atribuída no tocante a sua proverbial labilidade ou desfaçatez em relação ao aparato legal, isto é, “Trabalhadores do Brasil!” *versus* “A lei. Ora, a lei”. Desse modo, pode-se perceber que, jogando com as diferentes temporalidades da narrativa, o narrador constrói uma imagem de Vargas que oscila entre o fascínio e o descrédito, o apelo entusiástico e a ressalva. Tal particularidade, construída pelo narrador, dá margem ao que Bruno Zeni chamou de “interpretação histórica” e “análise política” no conto (2016, p. 56). O fenômeno populista, tal como o descreve uma de suas análises clássicas nas ciências sociais, possui justamente uma espécie de “duplo paradoxo”, que sintetiza o fenômeno: por um lado, caracteriza-se por um movimento no qual setores dos grupos dominantes promovem a participação dos dominados e, por outro, de massas populares que servem de apoio a um regime no qual são dominados (WEFFORT, 2003, p. 9). O conto, nesse sentido, explora a dimensão do apreço pela figura do presidente,

pesando e considerando as razões afetivas pela adesão narrativa à experiência popular, mas também nota as contradições existentes na dinâmica política do período, capitaneado por Vargas. Entre uma e outra, o conto parece preferir uma espécie de reserva, que emerge da dualidade entre o presente da narração e o da narrativa, entre a tentativa de representar uma imersão memorialística no tempo passado e a consideração distanciada do período – que permitiria a avaliação –, vazada nos comentários do narrador.

Getúlio emerge dessas páginas como uma figura dicotômica, na qual o apreço pelo mito é contrabalançado pela consciência dos limites e controvérsias da personagem política. Vargas parece, assim, uma das figuras do malandro da obra de João Antônio, personagens que oscilam entre a ordem e a desordem, a lei e a infração, tal como em “Malagueta, Perus e Bacanaço” (1963, p. 101-159), conto fundamental da obra do autor. O próprio título do conto parece reforçar a dualidade. A expressão “lambões de caçarola”, para a qual não encontramos significado definitivo, parece ser uma gíria com o sentido de “trouxas” ou “bocós”; algo próximo ao sentido figurado de “lambão”, portanto.<sup>4</sup> Em “Lambões de caçarola”, a expressão aparece no trecho em que o narrador compila gírias ditas pelo povo, que duvidava, surpreso, do suicídio de Getúlio:

Mas cacete, papagaio, fumo, potoca, bandalha, nhém-nhém-nhém, **lambões de caçarola**, mondrongos, andravões, bolas, pinóia, lero, quem corre cansa, pé-ré-pé-pé, prosa fiada, vento encanado, deboche, lorota, visagem, quizomba, pombas. Caiprentos. (1984, p. 62, grifo nosso).

Assim, haveria no título – “Lambões de caçarola (Trabalhadores do Brasil!)” – uma dualidade entre os supostos trouxas, decerto o povo que apoiava Getúlio, e o apelo entusiástico que os qualifica em chave positiva, como trabalhadores nacionais, do bordão de Vargas.<sup>5</sup> Getúlio seria, portanto, por um lado, uma espécie de malandro que conseguiria utilizar o povo, otário ou lambão, enquanto massa manipulável aos

<sup>4</sup> A expressão “lambões de caçarola” aparece neste sentido em outro texto de João Antônio, no conto memorialístico “Paulo Melado do Chapéu Mangueira Serralha”, dita pelo personagem Virgínio, avô português do autor-narrador, e que também é personagem de *Lambões de caçarola* (ANTÔNIO, 2012, p. 343).

<sup>5</sup> A pesquisadora Clara Ávila Ornellas prefere outra explicação, também plausível, mas diversa do sentido que vislumbramos: “A expressão ‘lambões de caçarola’ designa pessoas que consomem os restos de alimentos deixados nas panelas. Tomando por base essa significação, João Antônio utiliza, nessa narrativa, duas palavras com sentidos diferentes, ‘lambões’ e ‘trabalhadores’, para designar a mesma coisa. Enquanto Getúlio Vargas usava em seus discursos o mote populista ‘Trabalhadores do Brasil!’ como meio de aproximação com a massa trabalhadora, o narrador, de maneira implícita, revela uma incompatibilidade entre o predicado ‘trabalhadores’, presente nos discursos oficiais, e o predicado ‘lambões’, designando os habitantes marginalizados das periferias urbanas (ORNELLAS, 2008, p. 147-148). A mesma aceção está presente em Zeni (2016, p.70).

desígnios políticos. Por outro, emerge como uma figura cujo carisma independe destas possíveis contradições, o que põe em suspenso os evidentes desvios em nome de uma relação paternal ou conciliatória que se escoraria, também, na cessão de direitos sociais mínimos, mas de importância incalculável, dada a precariedade anterior dessa população. A caracterização de Vargas pelo narrador, distanciando-se de sua experiência juvenil, nesse sentido, é lapidar:

Deu com uma mão, tirou com as duas. Sorrindo muito e gauchamente: um carioca, no fundo. Mordia e soprava. Molhava a ponta do indicador na boca, entendia. Sabia para onde ia o vento. Manipulou os trabalhadores e namorou o fascismo nos quinze anos de ditador. As cadeias cheias. E os aviões davam sumiço em pessoas, descarregavam prisioneiros políticos atirando em alto-mar, lá fora. Um manobrista não passando disso – vamos deixar como está para ver como é que fica. (1984, p. 63).

Entre gaúcho e carioca, a malandragem de Getúlio aparece como fundamento de seu sucesso junto à massa e na política. Desse modo, no país de “memória fraca”, como arrisca o narrador, sua imagem é cultuada nos ambientes populares, onde seu retrato, “[...] até as beiradas de 70”, disputava espaço na gafeira “[...] Estudantina Musical com a imagem de São Jorge” (1984, p. 64). Ironicamente, a figura do malandro, que o Departamento de Informação e Propaganda (DIP) do Estado Novo tenta obliterar da música popular (MATOS, 1982, p. 91-91), poderia ser bem representada pelo próprio chefe de Estado. Não à toa, seus desvios, no qual joga “[...] a culpa e a responsabilidade nos outros” (1984, p. 63), são percebidos como falsos elementos, que não o desmerecem frente à população, especialmente a mais pobre. No Beco da Onça, como diz o narrador do conto, muitos poderiam ser os culpados, nunca Vargas:

O sorriso do velhinho estava acima dessa historiada. Aguentáramos *blackout*, desemprego, gasogênio, racionamento e a molecadinha fuçava o chão com a língua para lamber o açúcar caído. Muitos, os culpados pela carestia. Getúlio, não. – Trabalhadores do Brasil! (1984, p. 7).

Além da dualidade temporal significativa da narração, que sustenta a dupla leitura da figura de Vargas, o conto apresenta o argumento sobre o apreço ao mito político como uma espécie de afirmação básica, pela população pobre representada no conto, uma espécie de **momento de redenção**. Essa afirmação responde à denúncia, latente no conto, que ressalta a situação precária da vida dos pobres urbanos durante os dois governos de Getúlio Vargas, o que, em tese, seria obstáculo à sua popularidade. Assim, a despeito da fome, que faz as crianças do Beco da Onça se arrastarem com a língua no chão para lamber o açúcar que “[...] escorre do

caminhão [das Indústrias Matarazzo] [...], pintando um rastro, carreirinha na terra” (1984, p. 36); ou da carestia que só permite a carne de galinha “aos domingos” (1984, 37); ou ainda da necessidade das “fichas de racionamento” que significaram um “livra-cara” (1984, p. 49) para a população mais pobre durante a Segunda Guerra, a devoção à figura carismática não se abala. Tal momento de redenção não apresenta motivos definitivos registrados pelos comentários do narrador, que sugere, no entanto, possibilidades. Não se trata, portanto, de uma análise em termos objetivos, científicos, mas de uma representação da dinâmica social do momento, flagrada em sua chave aparentemente paradoxal através da tentativa de emulação literária da experiência popular:

Gegê, protetor, cheio de moral, pai dos pequenos. Boatavam exemplos. Governava sem nunca ter saído do País. Não fez uma viagem ao estrangeiro. Um homem que pensava primeiro nos trabalhadores e corrigia excessos.

E, depois, aquela malemolência jogada, estirada, picardia sestrosa, ô tino, envolvimento, saber-fazer, borogodó! Aquilo nos ganhava. Passava açúcar, um alívio, sei lá. A gente sofria, pelejava, teimava. Acabávamos sorrindo, esvaziados, leves, se entregando. Como um bando de sem-vergonhas:

– Calma, que o Brasil é nosso. (1984, p. 49).

Getúlio aparece, nesse sentido, como uma espécie de fio condutor das aspirações da população mais pobre frente ao Estado, o que representa um abalo para um país oligárquico e de herança escravocrata. O Brasil, do qual se diz que “é nosso”, seria o oposto de um país no qual o pobre dificilmente teria vez e voz, situação que precederia o tempo varguista – e o sucederia, se pensarmos no contexto da ditadura militar em que o conto foi inicialmente publicado. A questão da pobreza e do trabalho, num período histórico de industrialização e urbanização brasileiras, abre espaço para a ponte rumo ao passado escravista e oligárquico, bem como ao futuro, no qual tais canais de comunicação, ainda que pequenos e contraditórios, não mais subsistem. O momento redentor do período populista de Vargas apresenta-se no conto menos como um efeito ideológico nocivo ou resultado de uma pretensa ignorância da população subalterna; apresenta-se, de maneira aparentemente paradoxal, na forma de uma temporalidade redentora, na afirmação de uma possibilidade de vida minimamente digna, ainda que a situação de precariedade permaneça e o processo político se ressinta de inúmeras contradições:

Em tudo. Na fala do pai, transmontano chegado ao Brasil com trinta e poucos dias de idade. Getúlio no dinheiro, nas moedinhas amarelas. Saltava nas conversas das pessoas grandes – operários, carregadores, homens do frigorífico, da estrada de ferro, do curtume do Largo da Pompeia, da Vidraria Santa Marina, da refinaria

de óleo e açúcar. Que discutiam política como futebol. E entravam no papo de botequim pé-rapados, camelôs, esmoleiros, pinguços, e catadoras de papel do Beco da Onça. Que no Beco, mulher entra em botequim, A argumentação, bem assim: Getúlio deu a lei das férias, da indenização. Uns diziam que já não trabalhavam como escravos.

– Trabalhadores do Brasil! (1984, p. 45).

No botequim, espécie de síntese alegórica do Brasil do período, conjugando pobres e miseráveis urbanos – e mais as mulheres, que participam da discussão, assim como conquistaram direito ao voto no governo de Vargas –, discute-se política como seria proibido ou desestimulado no período militar em que se publicou a narrativa, e também esclarece o sentido básico do apreço: uma espécie de ruptura com a escravidão, embora restrita a “uns”. A charada do conto, se não se resolve de todo, ao menos indica a possibilidade de que, diante da situação da miserabilidade e da desigualdade abissal brasileira, a cessão de direitos sociais básicos e a atenção mínima aos anseios das classes subalternas garantem o apoio político, que se materializa na figura carismática de Vargas.<sup>6</sup> Não é surpresa que, segundo o narrador, antes de se chamar Beco da Onça, o lugar seria conhecido como Navio Negroiro, nome alterado justamente... pelo desconfiado pai do narrador: “Desde o tempo de moleque, a gente no Navio Negroiro. Um dia, meu velho rebatizou aquele pedaço de Beco da Onça. Crismou” (1984, p. 31). De Navio Negroiro a Beco da Onça, da escravidão ao direito social e trabalhista, a narrativa opera pelo princípio formal da dualidade, do aparente paradoxo, da dúvida do narrador e da contradição da figura espectral de Getúlio. A charada permanece, assim, pulsante, entre a nostalgia do passado e a esperança não cumprida do país, charada que parece ser a própria condição brasileira no presente e nos tempos idos: “Isto entalado na garganta. E bem. E doía” (1984, p. 31). Entre lambões e trabalhadores e o jogo das múltiplas dualidades, o que permanece é a figura de Getúlio como ente representativo de um Brasil que insiste em não dar certo. Daí sua permanência, a ser rediscutida durante a ditadura militar, e a espécie de travo que deriva da dubiedade da narrativa.

Uns quarenta anos. Nas rodas, esquinas e botequins, nas fábricas, na andança, na rua, meu pai ouviu discussões sobre Getúlio. Aturou sempre, quieto. Se lhe pediam opinião, cortava ali:

– Gostos e bofetadas são diferentes.

Até hoje. (1984, p. 65).

---

<sup>6</sup> Daí a significativa inclusão de uma epígrafe na terceira publicação do conto, em “Meninão do caixote”, que não constava da publicação da primeira versão em *Ex-* e tampouco na edição da editora L&PM. São versos de *Vejo amanhecer*, samba de Noel Rosa de 1933: “Pois até quem não tem nada, / tem ainda a esperança” (1984, p. 33).

Entre “gostos e bofetadas”, a fala ressabiada do pai do narrador traz ao presente da narração a avaliação dicotômica de Getúlio Vargas, que resta enquanto mito e figura, uma espécie de espectro que, pela **falta**, repropõe a reflexão sobre um passado que não parece ter encontrado resolução adequada, uma espécie de projeto interrompido, abortado. Desse modo, percebe-se que, desde a publicação inicial do conto no tabloide *Ex-*, a narrativa parece buscar não exatamente uma avaliação fixa sobre o passado, cuja dinâmica subsiste sem resposta definitiva, mas uma espécie de reconciliação com o trajeto histórico aparentemente rompido, cujo agravo recai sobre a continuidade da situação precária das classes subalternas. Vargas comparece, aqui, não como mito a ser resgatado – como na peça *Dr. Getúlio, sua vida e sua glória*, de Dias Gomes e Ferreira Gullar, de 1968 –, tampouco como modelo nocivo à prática política, mas como uma figura dúbia que representa, simultaneamente, as possibilidades e os fracassos nacionais, a projeção utópica da formação de um país moderno e a deprimente renitência de suas contradições sociais. Getúlio, em “Lambões de caçarola” como na história brasileira, parece restar como signo recalcado de um projeto de nação interrompido, cujas potencialidades formativas parecem insistir em ser mortas em pleno nascedouro. Uma figura que se conserva, portanto, em posição espectral junto à história do país.

SILVA, J. C. B. da. The spectre of Getúlio: “Lambões de caçarola”, by João Antônio. *Itinerários*, Araraquara, n. 46, p. 203-215, jan./jun. 2018.

- **ABSTRACT:** *The short story Lambões de caçarola (Trabalhadores do Brasil!), written by João Antônio (1937-1996), is a memorialistic narrative that seeks to recover and emulate the popular experience during Vargas' government period, proposing a spectral image of the political myth that haunts the history of Brazil, which is recovered in times of crisis and reflection on the potentialities and obstacles to the national project. This article proposes, therefore, to situate this short story by João Antônio in the moment of its publication in the 1970s, and to analyze the means in which it constructs a kind of evaluation about the figure of Vargas and his meaning to the Brazilian history.*
- **KEYWORDS:** *Brazilian alternative press. Getúlio Vargas. João Antônio. Lambões de caçarola (Trabalhadores do Brasil!). Literature and dictatorship.*

## REFERÊNCIAS

ANTÔNIO, J. **Contos reunidos**. São Paulo: Cosac Naify, 2012.

\_\_\_\_\_. **Lambões de caçarola (Trabalhadores do Brasil!)**. 3. ed. Porto Alegre: L&PM, 1977.

\_\_\_\_\_. Lambões de caçarola (Trabalhadores do Brasil!). In: \_\_\_\_\_. **Meninão do caixote**. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 1984, p. 27-65.

\_\_\_\_\_. Malagueta, Perus e Bacanaço. In: \_\_\_\_\_. **Malagueta, Perus e Bacanaço**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963, p. 101-159.

\_\_\_\_\_. Trabalhadores do Brasil! **Ex-**, São Paulo, n. 14, p. 20-21, set. 1975.

CARVALHO, J. M. de. Terra do Nunca: sonhos que não se realizam. In: BETHELL, L. **Brasil: fardo do passado, promessa do futuro**. Trad. Maria Beatriz de Medina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p. 45-75.

FERREIRA, M. de M. **Getúlio Vargas: uma memória em disputa**. Rio de Janeiro: CPDOC-FGV, 2006. Disponível em: <[http://cpdoc.fgv.br/producao\\_intelectual/arq/1592.pdf](http://cpdoc.fgv.br/producao_intelectual/arq/1592.pdf)>. Acesso em: 28 abr. 2017.

GUERREIRO, L. 4, Setembro, 1954/‘Colt, calibre 32’. **Ex-**, São Paulo, n. 14, p. 22-23, set. 1975.

GUIMARÃES, J. Os órfãos. In: ANTÔNIO, J. **Lambões de caçarola (Trabalhadores do Brasil!)**. 3. ed. Porto Alegre: L&PM, 1977. n.p.

MATOS, C. **Acertei no milhar: samba e malandragem no tempo de Getúlio**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1982.

ORNELLAS, C. Á. **O conto na obra de João Antônio: uma poética da exclusão**. São Paulo: Linear B; FFLCH, 2008.

RAMOS, G. **Memórias do cárcere**. 8. ed. Rio de Janeiro: Record; São Paulo: Martins, 1975. v. 1.

WEFFORT, F. **O populismo na política brasileira**. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

ZENI, Bruno. **Sinuca de malandro: ficção e autobiografia em João Antônio**. São Paulo: EdUSP, 2016.

